

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO DOZE DO COMITÊ DO ITAJAÍ

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e cinco, reuniram-se, na Sala Magna da  
2 Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, sito à rua Dr. Guilherme  
3 Gemballa, nº 13, Bairro Jardim América, no Município de Rio do Sul, os membros do Comitê do  
4 Itajaí e demais convidados. Dando início à Assembléia, a Sra. Nádia Michael iniciou o Cerimonial  
5 de Abertura convidando para compor a mesa as seguintes autoridades: Maria Izabel Pinheiro  
6 Sandri, Presidente do Comitê do Itajaí; Sr. Milton Hobus, Prefeito do Município de Rio do Sul; Sr.  
7 Célio Martignago, Vice-Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Vale do Itajaí; Sr. Ido  
8 Mêes, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul; Sr. Leonir  
9 Lunelli, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama; e Sr. Carlos  
10 Hoegen, Prefeito Municipal de Ituporanga e Presidente da Associação dos Municípios do Alto  
11 Vale do Itajaí. Após a formação da mesa de cerimônia os presentes acompanharam de pé a  
12 execução do Hino Nacional Brasileiro. Foi registrada a presença do Secretário de  
13 Desenvolvimento Regional de Blumenau, Sr. Paulo França e do Prefeito de Blumenau, Sr. João  
14 Paulo Kleinubing. Dando início, foi passada a palavra ao Sr. Célio Martignago, Vice-reitor da  
15 UNIDAVI, que cumprimentou a todos, citou o senador romano Cícero e disponibilizou a  
16 Universidade para tudo o que precisarem. Foi passada a palavra ao prefeito Municipal de Rio do  
17 Sul, Sr. Milton Hobus, que desejou boas vindas à todos em Rio do Sul, complementou que o tema  
18 que será abordado na Assembléia é muito importante, por isso espera que se possa entrar num  
19 consenso sobre este tema que tanto preocupa, que é o monitoramento de nossas barragens . Na  
20 sequência passou-se a palavra ao presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
21 Sr. Carlos Hoegen, que saudando à todos, fez alguns comentários sobre a situação das barragens e  
22 registrou sua insatisfação por não terem sido convidados representantes do Alto Vale para a reunião  
23 ocorrida em Blumenau sobre a questão das barragens, complementando que é inadmissível que se  
24 faça qualquer movimento sobre as barragens em que o Alto Vale não esteja presente. E,  
25 lamentavelmente não recebemos convite, nem nós, nenhum dos prefeitos e nenhum dos membros  
26 daqui do Alto Vale, para participar desta discussão. Mas fica aqui o registro e nós estamos aí,  
27 naturalmente para discutir com a coletividade. Dando prosseguimento, passou-se a palavra ao  
28 Secretário de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul em exercício, Sr. Ido Mêes, que após os  
29 cumprimentos formais, saudou a todos dizendo que a Secretaria de Desenvolvimento Regional é  
30 parceira e está junto neste processo relevante para a região. Em seguida a Sra. Maria Izabel  
31 Pinheiro Sandri, presidente do Comitê do Itajaí, fez a abertura da Assembléia. Iniciou  
32 cumprimentando e agradecendo a presença de todos por terem atendido ao convite do Comitê  
33 para participação desta Assembléia Extraordinária e dizer ao prefeito que é um prazer estar aqui,  
34 que é a segunda assembléia deste ano que temos aqui em Rio do Sul. E, dizer que eu entendo o  
35 prefeito, de certa forma este seu desabafo, e dizer que esta questão das barragens não só é do Alto  
36 Vale é nossa também da foz e do médio vale, pelas consequências e reveses que ocorrem aqui no  
37 Alto Vale, também nós sofremos. E que o Comitê tem representatividade de todo o Vale do Itajaí,  
38 lembrando que dos 50 assentos, 9 são dos órgãos públicos, 21 representantes são do Alto Vale, 15  
39 representantes são do Médio Vale e 5 representantes, são da da Foz. De certa forma, como os  
40 senhores podem ver, o Alto Vale tem maior representatividade. Na assembléia em que foi feita a  
41 distribuição destes assentos, que se deve preservar e que foram atendidos, ocupam 21. O que  
42 ocorre é que as pessoas que foram indicadas para participar, não comparecem, não participam com

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

43 a receptividade que deveriam estar, ou não são interlocutores reais das entidades que representam.  
44 É isto que pedimos, quando convidamos, para que haja participação, porque é uma constituição de  
45 todos, não é uma constituição isolada, há uma diretoria sim que realiza reuniões mensais, mas  
46 todas as decisões e deliberações que interessa realmente ao Comitê, sempre são feitas em  
47 Assembléia e por isto, quando houve uma segunda reunião lá em Blumenau em que se formou um  
48 grupo de trabalho, nós decidimos fazer uma Assembléia Extraordinária específica para tratar sobre  
49 este assunto. E, por sugestão inclusive do Secretário Sr. Ernani, de que esta Assembléia fosse  
50 aqui em Rio do Sul. Foi ligado para o prefeito, conversado com ele para que houvesse  
51 participação geral e que o Comitê pudesse deliberar sobre o assunto. Então é hora de desabafo, é  
52 hora de botar para fora e nós também, solicitamos que os senhores, cobrem do representante da  
53 AMAVI, que é o Sr. Harry Dorow, que participou da última Assembléia em Gaspar, pois ele é  
54 o interlocutor de vocês no Comitê. Mas o importante é isso, o que é importante deve ser falado,  
55 mas existe uma preocupação maior e para isto é que estamos aqui. Então, vamos aos trabalhos,  
56 que tenhamos uma reunião muito proveitosa, e possamos resolver os problemas. Gostaria de  
57 registrar que temos participado também de outras reuniões em Ibirama, e o que se quer é que todos  
58 sejam incluídos para que a questão das barragens possa ser resolvida com participação. Neste  
59 momento desfaz-se a mesa de honra para dar início aos trabalhos, permanecendo na mesa a Sra.  
60 Maria Izabel, presidente do Comitê, e a Secretária Executiva, Sra. Beate Frank. Iniciando os  
61 trabalhos, antes de entrar no tema específico, a presidente propôs uma revisão do calendário de  
62 atividades. Teríamos uma **próxima assembléia agendada para o dia 10 de novembro**, inclusive  
63 com a apresentação dos vencedores do Prêmio Otto Rohkohl. Em função da assembléia de hoje,  
64 esta data fica muito próxima. **Como sugestão propomos que seja transferida** para 1º de  
65 dezembro, no mesmo município. **Em votação, aprovado.** Inclusive o encerramento das **inscrições**  
66 **para o prêmio** que seriam no dia 28, amanhã, poderão ser **prorrogadas por uma semana**. Esta  
67 informação de alteração será repassada via e-mail. A presidente solicita ao Sr. Guarim Liberato  
68 para informar as **datas dos cursos para os comunicadores**. No uso da palavra, o Sr. Guarim  
69 informa que o Comitê, através do Projeto Piava, está preparando um seminário sobre Comunicação  
70 e Gestão em Recursos Hídricos, com o objetivo de discutir a gestão da água na bacia e sua  
71 interlocução com a comunicação. Ou seja, acostumar os comunicadores com relação à gestão de  
72 Recursos Hídricos e estimular a discussão de uma proposta de desenvolvimento sustentável. O  
73 calendário foi programado iniciando por Itajaí nos dias oito e nove de novembro, seguido de  
74 Blumenau nos dias dezesseis e dezessete de novembro e, o terceiro seminário em Rio do Sul,  
75 possivelmente, nos dias vinte e um e vinte dois de novembro ou, vinte seis e vinte sete de  
76 novembro, data que está sendo acertada com o coordenador de jornalismo da UNIDAVI. Aos  
77 membros do Comitê fica o convite para que seja repassado aos profissionais de comunicação esta  
78 informação, para que participem das discussões, visto que existe uma carência muito grande de  
79 qualificação nesses assuntos, na imprensa regional e local. Seguiu-se a apresentação dos nomes  
80 dos palestrantes. A presidente agradeceu as informações e passou para a pauta que é tratar sobre o  
81 tema: **1) Proposta de gestão do Sistema de Controle de Cheias do Vale do Itajaí**. Para a  
82 discussão deste temas, sugerimos uma subdivisão em itens: **a) Introdução** que seria a  
83 apresentação do relatório; **b) Projeto da Rede de Monitoramento; c) Modelo de Gestão; d)**  
84 **Criação da Câmara Técnica de Controle de Cheias**. Em votação: concordamos com esta  
85 subdivisão, pode ser? **Aprovado.** Passa a palavra para profª Beate para apresentação do Relatório.  
86 Antes, Sra. Nádia Michael registra ainda a presença, do Sr. Marcos da Silva Ramos, do Ministério  
87 da Integração Nacional. **a) Introdução.** A profª Beate informa que existem cópias do Relatório  
88 que já foi enviado por e-mail. O Relatório será apresentado de forma sucinta, com auxílio dos

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

89 representantes dos grupos técnicos que colaboraram na Oficina de Planejamento dos dias quatro e  
90 cinco de outubro. O Tema da Oficina foi o Gerenciamento do Sistema de Alerta de cheias da bacia  
91 do Itajaí, ou seja o gerenciamento das barragens não estava diretamente contemplado nesta  
92 discussão. Será mostrado no decorrer da apresentação como surgiu esta discussão. Da parte  
93 introdutória, não tem o que aprovar, pois as informações são um insumo para a discussão. A  
94 Presidente retoma a palavra e registra ainda a presença do Sr. Pedro Paulo, presidente do Comitê  
95 do Rio Caratinga, de Minas Gerais, que veio a convite do Ministério da Integração Nacional. Para  
96 apresentação do item **b) Projeto da Rede de Monitoramento**, convida o Sr. Marcelo da Defesa  
97 Civil de Blumenau. Ele inicialmente parabeniza a Defesa Civil de Rio do Sul, pois acaba de  
98 receber o Plano de Enchentes elaborado por esta Defesa Civil, a exemplo de Blumenau, que  
99 culminou de uma parceria entre as defesas civis destes municípios. Isto é prevenção, Rio do Sul  
100 agora tem um plano feito mas é necessário a informação para que se possa defender e salvar a  
101 população. Sobre o assunto em pauta, no início estava proposto se fazer uma pequena rede, uma  
102 rede de monitoramento que pegasse as principais cidades apenas, e por isso apresentaram um  
103 projeto ao Ministério da Integração e que foi aprovado, principalmente pelo respaldo que  
104 Blumenau tem pelo trabalho da defesa civil. Mas em uma discussão mais aprofundada com o  
105 pessoal do Comitê, da EPAGRI, da FURB foi decidido aumentar um pouco este projeto fazendo  
106 com que ele seja um projeto que englobe a rede, as telemetrias, as barragens e que este controle  
107 ficasse aqui no Vale e não lá em Brasília por exemplo, que é o caso das barragens ou em  
108 Florianópolis, que é o caso das telemetrias. Mas que fique aqui, que nós tenhamos estes controles  
109 inclusive para autorizar ou não autorizar algumas coisas como reparos, modificações, e  
110 modernizações do sistema. Este modelo, que será apresentado, contempla estações, reforma,  
111 manutenção e modernização deste sistema. É um sistema responsável de controle e de alerta de  
112 cheias. Deste Projeto surge como proposta que nós façamos toda a manutenção aqui no Vale.  
113 Fazendo uma conta da despesa por habitante, resulta em noventa centavos por habitante/ano. E  
114 esta proposta que se faz aqui aos prefeitos dos cinquenta municípios, que cada prefeito dê noventa  
115 centavos por habitante/ano para o Comitê que, através da Agência de Água, possa contratar  
116 equipes de manutenção, comprar equipamentos e fazer a modernização do sistema. O custo disto  
117 por habitante é irrisório frente aos estragos que uma enchente pode causar. Quanto ao  
118 questionamento sobre se os municípios que não são atingidos também devem pagar respondeu-se  
119 que, diretamente (pelas águas) ou indiretamente (pelas conseqüências que as enchentes trazem)  
120 todos os município são atingidos, portanto espera-se que todos se envolvam nesta proposta. **Em**  
121 **votação para deliberação? Foi sugerido deixar para o final.** Na sequência, a presidente  
122 convida a prof<sup>ª</sup> Noemia Bohn para apresentação do item **c) Modelo de Gestão**. Diz ela: Como  
123 participante do grupo de elaboração, coube a mim apresentar aos senhores o arranjo institucional  
124 para a gestão de recursos hídricos da bacia do Itajaí, incluindo a gestão do sistema do controle de  
125 cheias. Como já foi mencionado pela prof<sup>ª</sup> Beate, esta proposta de incluir o modelo de gestão veio  
126 dos representantes políticos que participaram na oportunidade em que se teve a discussão sobre o  
127 modelo de gerenciamento. Quem participou foi o Dr. Ernani Dutra, Secretário Regional de Rio do  
128 Sul, Dr. Paulo França, Secretário Regional de Blumenau e Dr. João Paulo Kleinubing, prefeito de  
129 Blumenau, sugerindo que não adianta criar todo um arranjo/articulação para resolver o sistema de  
130 monitoramento e prevenção de cheias, sem ter um arranjo institucional para dar sustentação a este  
131 sistema. Com esta sugestão, um grupo de trabalho ficou responsável pela elaboração de uma  
132 proposta de arranjo institucional. A elaboração foi feita e discutida na última terça feira na  
133 prefeitura de Blumenau, com a presença dos prefeitos João Paulo de Blumenau, Milton Hobus de  
134 Rio do Sul, o Secretário Paulo França, a prof<sup>ª</sup> Beate e eu. Passando a apresentação: a estruturação

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

135 do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos prevê, no âmbito regional, o  
136 Comitê de Bacia e a Agência de Água, com a função de fazer a gestão da água. E aí que podemos  
137 ter uma contribuição significativa para o arranjo institucional para o controle de cheias. Na  
138 sequência, já entrando no item **d) Criação da Câmara Técnica de Controle de Cheias**, vamos  
139 mostrar como se dá a articulação com o arranjo institucional para manutenção do sistema de  
140 prevenção de cheias. O Comitê do Itajaí tem uma diretoria, com competência para aprovar projetos  
141 e programas, criar Câmaras Técnicas e definir sua composição. A proposta então seria a de criar  
142 uma Câmara Técnica de Prevenção de Cheias, que tem competência de estabelecer o seu  
143 regimento, coordenar ações e elaborar projetos especificamente voltados para este sistema. Mas o  
144 Comitê é o órgão deliberativo, que delibera sobre a criação da Câmara Técnica que vai elaborar o  
145 projeto. Para a viabilização financeira do projeto é que entra em cena a Agência de Água, que é a  
146 secretaria executiva do Comitê e que tem conselho de administração, com condições para  
147 viabilizar financeiramente as ações da Câmara Técnica, a possibilidade de fazer contratos de  
148 gestão com os Ministérios, a Agência Nacional de Água, o Governo do Estado ou Prefeituras  
149 Municipais. À partir do repasse de recursos através de contratos de gestão, a agência faria a  
150 administração destes recursos de acordo com os projetos elencados pela Câmara Técnica e  
151 aprovados pelo Comitê, viabilizando então as ações dos diversos órgãos intervenientes nestes  
152 projetos. A criação desta Câmara Técnica precisa acontecer por meio de uma Resolução do  
153 Comitê, ela terá como objetivo coordenar o sistema de prevenção e controle de cheias da bacia do  
154 Itajaí. Sua composição seria: Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável,  
155 dois representantes da EPAGRI/CIRAM, um representante do DEINFRA, um representante da  
156 FURB, um representante da Agência de Água e três representantes da Defesa Civil, sendo um do  
157 Alto Vale, um do Médio Vale e outro da Foz. A idéia é que a coordenação seja feita em rodizio  
158 entre os órgãos de defesa civil. Tem uma outra modificação que deveríamos fazer no Estatuto da  
159 Agência de Água, porque a Agência foi criada em forma de Fundação, que teve como instituidores  
160 as entidades membro do Comitê do Itajaí e, para ter condições para fazer contratos de gestão com  
161 o poder público, a Fundação Agência de Água precisa ter a qualificação de organização social,  
162 qualificação essa que precisa ser buscada junto ao Ministério da Justiça. Verificando a Lei 9637/98  
163 que regula a organização social, foi verificado que teríamos que mudar algo no estatuto da  
164 Agência, especialmente com relação ao Conselho de Administração. Atualmente o Conselho de  
165 Administração é composto por treze membros: a presidente do Comitê, cinco membros do Comitê  
166 indicados pela Diretora, seis representantes indicados pelas entidades fundadoras, sendo que três  
167 são natos das Associações de Municípios e os outro três eleitos entre os fundadores, e ainda um  
168 representante do Governo do Estado. À partir do que prevê a lei das Organizações Sociais, o  
169 teríamos que fazer é: aumentar a representação do poder Público, aumentar a representação da  
170 sociedade civil e precisam ser indicados três membros de notório saber. Então a sugestão de  
171 alteração da composição do Conselho de Administração no Estatuto da Agência seria: A  
172 presidente e três membros do Comitê indicados pela Diretoria, sendo dois deles da sociedade civil;  
173 cinco representantes das entidades fundadoras, sendo que três seriam os natos mas necessariamente  
174 os prefeitos presidentes das Associações e dois deles eleitos entre entidades da Sociedade Civil. E,  
175 três membros indicados pelos novos conselheiros descritos acima, que deverão ser pessoas de  
176 notório saber, voltados à gestão de recursos hídricos. Além destes ainda um representante do  
177 governo do estado (como idéia é de que seja um secretário regional titular e, os demais suplentes),  
178 totalizando assim igualmente o número de treze membros, somente com adequações. Para  
179 finalizar: Quanto custa e quem paga? Embora estes dados ainda precisam ser melhor trabalhados,  
180 num primeiro levantamento hoje, quanto custa a operação e manutenção das barragens. Primeiro,

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

181 se a União transferir o patrimônio das barragens a idéia é deixar isto tudo zerado, elas todas  
182 funcionando. A partir do momento que a comunidade regional ou o estado assumisse este  
183 patrimônio, o quanto custaria mensalmente a operação e manutenção das barragens. O custo ficaria  
184 em torno de R\$ 45.000,00 mensais. A operação e a manutenção de rede e previsão ficaria em torno  
185 de R\$ 15.000,00 mensais. Um valor teria que ser previsto para a administração da Agência, e aí  
186 vem as perguntas: de onde vem o recurso e como ele seria repassado? A idéia é de que o Estado,  
187 através das cinco Secretarias de Desenvolvimento Regional assumisse estes R\$ 45.0000,00/ mês  
188 necessários para a operação e manutenção das barragens e que os R\$ 15.000,00 para a operação e  
189 manutenção da rede de previsão ficasse a cargo dos municípios da bacia. Então, em vez de se criar  
190 um consórcio, uma nova figura jurídica, a idéia é de que esse recurso fosse repassado, seja pelo  
191 estado ou pelas prefeituras, mediante contrato de gestão, para a Fundação Agência de Água e ela,  
192 faria a contratação de serviços e a manutenção do sistema de prevenção de cheias. A Prof<sup>a</sup> Beate  
193 citou o modelo pelo qual hoje a Agência Nacional de Águas tem delegado a gestão das Agências  
194 de Água das Bacias dos rios de domínio da União. Ela tem feito um contrato de gestão segundo a  
195 Medida Provisória nº 165/2004. Então, ao nosso ver, este é um sinalizador de que a qualificação  
196 que a agência deve buscar junto ao Ministério da Justiça é de uma Organização Social para poder  
197 fazer estes contratos de gestão. Colocações complementares do prof. Mário Tachini: existe um  
198 custo de manutenção do CEOPS - Centro de Operação do Sistema de Alerta que não está sendo  
199 contemplado e que, a grosso modo, gira em torno de R\$ 5.000,00. Num evento crítico, que se  
200 estende por dias ou semanas, o custo é maior e não existe um compromisso formal para que o  
201 pagamento destes custos seja feito por outros municípios. É a FURB que mantém o pagamento dos  
202 profissionais envolvidos e isto deveria ser repensado. A professora Noemia reitera que realmente  
203 estes valores devem ser revistos mas que é um início para começar a pensar quem irá assumir,  
204 quem paga, quem administra isto e como realmente se estará propondo este arranjo. Convida aos  
205 componentes do grupo que organizou a proposta para complementar alguma coisa apresentada até  
206 aqui. Pergunta: Se pudéssemos abrir estes valores para saber como se chegou a este valor  
207 específico, ficaria mais claro o que está contemplado ou não. Sr. João Paulo: os dados de  
208 manutenção das barragens de modo geral nos foram passados pelo DEINFRA, que hoje faz este  
209 trabalho e os valores para manutenção da rede foi elaborado pelo pessoal técnico que fez o  
210 trabalho anteriormente apresentado. O que o Marcelo apresentou foi o custo da manutenção do  
211 sistema completo, de R\$ 60.000,00/mês, que daria o custo de oitenta centavos por habitante. Isto  
212 significa que os município iriam arcar com todas as despesas excluindo o governo federal e o  
213 governo estadual. Porque toda esta proposta de buscar a estadualização do patrimônio e nós,  
214 através da Agência de Água, fazermos a operacionalização? Porque a manutenção, previsão e o  
215 controle das cheias é prioridade para nós daqui do Vale, que sofremos direta ou indiretamente com  
216 as cheias. Não é prioridade muitas vezes para o DEINFRA, como também não é prioridade para o  
217 governo federal. Por isto a nossa proposta de aproximar este conjunto, e foi aí que num primeiro  
218 momento surgiu a proposta de consórcio, quando na verdade já há a Agência de Água criada e  
219 que precisa sofrer esta adaptação da legislação apresentada pela prof<sup>a</sup> Noemia, para que se possa  
220 firmar os contratos de gestão. Então, os custos de manutenção tanto do sistema de manutenção  
221 quanto do sistema de alerta de cheias gira em torno de R\$ 60.000,00. Não sei se o valor colocado  
222 pelo prof. Tachini já está considerado, os dados são ainda muito primários, mas é uma noção para  
223 se saber do que estamos falando. Estamos propondo que os municípios assumam uma parte da  
224 conta e que o Estado continue com outra parte, e para isto apresentamos, mesmo que ainda não  
225 sejam os valores finais, uma idéia do que estamos falando. Então, na verdade a idéia é que através  
226 das SDRs, as regionais repassem o valor para a Agência de Água e que os R\$ 15.0000, 00 fossem

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

227 rateados entre os municípios, através de algum critério. O critério populacional é um dos que pode  
228 ser proposto por ser o mais simples, que é a divisão pelo número de habitantes totais, mas outros  
229 critérios podem ser adotados. O custo final gira em torno de oitenta e cinco centavos por habitante  
230 por ano, e aí que se vê o quanto o custo da prevenção é pequeno diante dos custos que se tem  
231 depois dos estragos. A proposta de manutenção é o que está aí, onde o Estado, através das  
232 Regionais, incluiria em seu orçamento estes custos e os municípios arcariam também com parte  
233 destes valores com critérios definidos pelas Associações dos Municípios para cada Município  
234 envolvido. Na sequência também fez uso da palavra o Sr. Paulo França, Secretário Regional de  
235 Blumenau, complementando: estamos partindo do pressuposto de que as barragens foram  
236 recuperadas e o sistema de contenção e a telemetria estão em funcionamento. Só gostaria aqui de  
237 mais uma vez insistir na Câmara Técnica, que nós temos ainda o DEINFRA e eu acho que toda  
238 esta participação deveria estar regionalizada. Nós temos que realmente trazer todas as decisões  
239 para nossa região. A presidente solicita ainda se alguém gostaria de se manifestar. Não havendo  
240 manifestação, dá continuidade então colocando que temos duas situações a serem aprovadas pelo  
241 Comitê: a modificação da composição do Conselho de Administração da Fundação Agência de  
242 Água e a criação da Câmara Técnica de Prevenção de Cheias. Em deliberação a **criação da**  
243 **Câmara Técnica, aprovada**, conforme apresentada acima **com a inclusão** de três representantes  
244 das SDRs/barragens. Na sequência, em deliberação, **a modificação da composição do Conselho**  
245 **de Administração da Fundação Agência de Água, aprovada**. A presidente passou a palavra ao  
246 Sr. João Paulo sobre a questão da deliberação relativa ao custo apresentado a ser assumido pelas  
247 SDRs e Municípios. Com o uso da palavra o prefeito achou por bem não se deliberar com relação  
248 ao modelo apresentado e ao custo, pois o que foi apresentado é partindo do princípio de que os  
249 municípios assumissem todos os custos que é em torno de oitenta e cinco centavos, mas o Estado  
250 terá participação. Só esclarecendo: se, por exemplo, o Município de Blumenau entrar com o  
251 pagamento de um terço da conta, ainda assim é muito mais barato isto do que o custo da incerteza  
252 da população e a pressão da população para cada um de nós. Com a palavra o Sr. Marcos da Silva  
253 Ramos, do Ministério da Integração Nacional, que agradece ao convite e à possibilidade de  
254 participação desta discussão, dizendo que já se vem desenvolvendo junto ao DEINFRA ações de  
255 intervenção que devem ser feitas nas barragens. O que foi colocado aqui de que por sermos nós  
256 que estamos sendo afetados, acho que esta é a missão mais correta para resolver o problema. E,  
257 fazendo uma retrospectiva das regras que foram feitas pelo Sidnei Noés, em geral em seus  
258 convênios têm previsto a transferência da operação e manutenção para os entes que recebem as  
259 obras. No caso aqui tivemos alguns problemas, especificamente com relação à barragem Norte  
260 que é uma barragem que tem um problema singular, relativo aos índios. Também não pertence aos  
261 governos coisas e ações que a União deixou de cumprir relativas ao protocolo de intenções que foi  
262 firmado com os índios. Bom, o governo atual decidiu reavaliar a situação das barragens e esta  
263 etapa já foi vencida. Solicitou ao DEINFRA para fornecer os seus dados, e o Ministro esteve  
264 pessoalmente com o governador e autorizou a utilização de recursos orçamentários para já dar  
265 início a estas ações e na realidade estamos com todos os levantamentos sendo analisados e sendo  
266 hierarquizados para que as ações sejam feitas de imediato, a curto e a médio prazo. No caso da  
267 intervenção na Barragem Norte, ela já está em fase final de elaboração para formalizar convênio  
268 nos próximos quinze dias, para recuperar o sistema de comportas da barragem. A nossa visão  
269 desde o início, dentro deste contexto, é semelhante ao que vocês estão discutindo aqui. Para a  
270 União não é só importante recuperar a estrutura das barragens, nós não vamos entregar uma  
271 estrutura, um prédio, um sistema sem participar da discussão de como este sistema irá funcionar.  
272 O Ministério pretende participar com recursos na elaboração deste sistema relativo à operação e à

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

273 manutenção destas barragens, mais a operação vamos dizer assim, que eu vejo como uma vertente  
274 só do sistema de monitoramento da defesa civil. O sistema de controle de cheias vai ter duas  
275 vertentes, uma é que vai definir como operar em cada momento, em cada situação, estas  
276 barragens. E outra, como agir com relação a esta operação na prevenção para outras comunidades,  
277 que é uma outra informação que será dada através do sistema. No caso do Ministério, vai atuar no  
278 sistema de como operar estas barragens e também como manipular os dados relativos à telemetria  
279 que vai ser feita, para dar uma efetividade maior ao trabalho que está sendo feito. A conclusão  
280 deste sistema vai encaixar a transferência de responsabilidade que se confunde com transferência  
281 de patrimônio, que é um processo mais lento, que tem outros trâmites legais e que vai levar um  
282 pouco mais de tempo. A transferência de responsabilidade já é uma coisa imediata. Inclusive já  
283 tem uma determinação judicial em função de algumas pendências da União e do Estado de alguns  
284 anos atrás, em que no texto está previsto “que cumpram as determinações da União e se a partir  
285 deste momento se transfere a responsabilidade de operação e manutenção da barragem” porque já  
286 era uma cláusula prevista anteriormente. Agora não devemos nos prender nesse fato por ser uma  
287 regra. Mas a visão de que a sociedade que foi beneficiada com isto é que deve se preocupar e  
288 participar, tal como está sendo feito aqui, buscando uma solução para esta questão. A União vai  
289 participar disto e transferirá posteriormente a responsabilidade para o Estado. Agora, cabe a  
290 sociedade aqui, no âmbito do Comitê, discutir com o Estado qual o melhor arranjo para a solução  
291 da questão da operação e da manutenção, que eu vejo que é uma questão que envolve valores. Não  
292 vou entrar no mérito das dificuldades de cada área, mas acho que tem várias formas de executar.  
293 Não sei se a melhor forma é pela Agência ou pelo DEINFRA, pois este modelo de arranjo deverá  
294 ainda ser discutido, mas se não der certo de uma forma, muda-se para outra forma. Tem-se ainda  
295 espaço e tempo para discutir. O importante é definir que é preciso fazer manutenção e operação,  
296 que o custo existe, que o problema existe e que aplicando-se os resultados deste sistema de  
297 operação e desse sistema de monitoramento da defesa civil, irá se economizar muito mais dinheiro  
298 do que se irá gastar sem esta implementação. Então, a atuação do Ministério não vai ser apenas  
299 fazer a obra civil e recuperá-la, é também ajudar na questão de ordem técnica de como operar o  
300 sistema e entregar o serviço pronto, levantar a situação das barragens, vai existir um acervo técnico  
301 que estará à disposição da sociedade de como isto irá operar para qualquer pessoa saber, discutir.  
302 Este sistema precisa ser feito por uma equipe qualificada, especializada de pessoas que entendam  
303 efetivamente de como manipular estas informações, quais são os locais ideais, que tipo de dados  
304 são necessários e isso faz parte deste escopo que vai contemplar a elaboração deste sistema maior,  
305 que vai estar articulado com o sistema das barragens. Agora, nossa previsão para concluir o  
306 convênio da recuperação da barragem norte será formalizado nos próximos dias, e com os recursos  
307 deste podemos até fazer uma readequação, pois houve uma preocupação com a barragem sul, que  
308 teve problemas com uma comporta e também inclui a recuperação daquela comporta para restituir  
309 a operação. O convênio do restante das ações necessárias está sendo discutido com o DEINFRA e  
310 esta reavaliação das ações que são efetivamente mais importantes a médio prazo, inclusive avaliar  
311 as questões do desassoreamento, neste sentido também deve haver um engajamento e um  
312 compromisso de conscientização ambiental porque isso é constante, e o Comitê também tem esta  
313 preocupação. Espera-se formalizar até dezembro o convênio do restante das ações e concluir nos  
314 próximos oito a dez meses. Conforme o cronograma apresentado pelo Marcelo, a previsão de  
315 implantação do sistema aqui também tem um prazo e é importante que estas ações se efetivem  
316 sim, e é necessário que os prefeitos e a sociedade sintam o compromisso. O Ministério tem  
317 realmente o compromisso e a palavra do Ministro para agilizar essas ações. Tem as questões  
318 burocráticas normais que acontecem no sistema administrativo, mas para estas discussões alguém

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

319 do Ministério estará sempre presente, com sugestões e informações dos resultados de nossas ações  
320 para que o Comitê, o Estado, os prefeitos, possam acompanhar nossas ações e cumprimento dos  
321 prazos. A presidente retoma a palavra e abre para outra manifestação do Sr. Leonir Lunelli,  
322 secretário Regional em exercício de Ibirama: Diz ele que a questão das barragens é uma questão  
323 tão complicada que, se fosse fácil, governos que já passaram pelo estado teriam resolvido. O  
324 DEINFRA e o DEOH sempre tiveram ônus para administrar mas sempre o fizeram com muita  
325 competência e sensibilidade, por isto quero me solidarizar com o Sr. Sebastião, que sempre  
326 executou muito bem o trabalho dele. Na esfera de construção das barragens, se jogou  
327 principalmente o ônus para os governos federais e estaduais, nunca houve momento em que  
328 pessoas que sentem o problema sentam e discutem para dividir ônus e bônus. Acho que chegamos  
329 a uma maturidade de diálogo, em que estamos querendo dividir o ônus também. Não basta apenas  
330 jogar o ônus para o governo Federal e Estadual. Eles estão muito longe e não se sensibilizam tanto  
331 quanto aqueles que estão próximos. Através desta descentralização de ações, quer seja financeira,  
332 quer seja de administração, é que nós vamos resolver o problema, é por aí. Acho que é muito  
333 pouco noventa centavos/habitante quando se pode garantir a segurança das pessoas. O que  
334 acontece em nossa região afeta a economia do Estado, afeta a segurança das pessoas, desintegra  
335 famílias e acho muito pouco o quanto cada família vai pagar para resolver o problema da  
336 segurança da nossa região. É através deste trio de ações e responsabilidades, governo federal  
337 fazendo a sua parte, governo estadual fazendo a sua parte e os municípios também a sua, que  
338 chegaremos a um contento e com certeza administrando de perto sem deixar de lado a  
339 competência técnica que nós vamos precisar ter sim, do DEINFRA, das Universidades, da  
340 EPAGRI e de vários órgãos dos municípios ou dos estados para fazerem parte deste aglomerado  
341 de pessoas responsáveis que irão administrar este problema, para a segurança de toda a região. A  
342 Secretária Executiva retoma a palavra em nome da presidente e registra de que com relação ao que  
343 o Sr. Marcos Ramos falou, sobre a proteção ambiental em áreas de montante de barragem, o  
344 Programa de Recuperação da Mata Ciliar, criado em 2001 pelo Comitê do Itajaí e agora em  
345 execução forte através do Projeto Piava, nasceu desta preocupação com o assoreamento das  
346 barragens com entulhos que chegam pela falta de proteção dos rios. Então neste sentido, gostaria  
347 de solicitar o empenho das Secretarias de Desenvolvimento Regional para motivar os municípios  
348 na participação deste processo. Na área sul, temos 100% dos município participando. Alfredo  
349 Wagner que tem grande extensão e Ituporanga também estão bem empenhados, mas na região à  
350 montante de Ibirama, o Município de Santa Teresinha não está se fazendo presente na preparação  
351 para recuperação da Mata Ciliar. Então talvez a Secretaria de Ibirama poderia solicitar ao  
352 Município para que venham participar, porque isto é um processo extremamente lento, demorado  
353 e a semente está sendo lançada, que é de preparar os Municípios para assumirem a sua  
354 responsabilidade na manutenção dos rios. A presidente retoma a palavra dizendo que evoluímos,  
355 caminhamos mais alguns passos no sentido proposto, e agradecer a participação de todos os  
356 senhores lembrando da nossa próxima Assembléia que será dia primeiro de dezembro em Benedito  
357 Novo. Abre ainda espaço para manifestação do Sr. Pedro Paulo, da Bacia do Rio Doce, do Vale da  
358 Caratinga que, agradecendo a oportunidade, só gostaria de informar que estão fazendo um trabalho  
359 semelhante ao que está sendo discutido aqui e que já por algumas vezes vieram ao Vale para  
360 observar os passos sempre a frente que estão sendo dados por aqui, e com isto estamos andando  
361 juntos no aprendizado. Recentemente fizemos um trabalho junto ao Ministério da Integração  
362 Nacional, pedindo apoio, como temos um Comitê semelhante a este com Câmara Técnica também  
363 semelhante, só queria registrar que estamos caminhando também neste sentido. Também se  
364 buscou junto aos prefeitos e Estado alguns recursos, estamos no mesmo nível. Um produto que se

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

365 fez lá, com o qual estamos tendo resultados e que é a primeira vez que se irá trabalhar lá, é a  
366 questão de prevenção de Cheia para uma bacia inteira. Isto nunca foi trabalhado, os trabalhos que  
367 vinham sendo feitos eram por município, dentro dos municípios, suas ruas e seus bairros. O  
368 primeiro passo é que as obras passassem a ter agora uma repercussão integrada, cada município  
369 observando a obra do outro e assim observando a bacia num todo foi detectado que muitas obras  
370 não tinham grande importância. Em seguida foi-se então tendo um conhecimento da bacia num  
371 todo, o potencial hídrico e onde estão os problemas. Para isto foi contratada uma empresa que fez  
372 sobrevoos e topografia laser computadorizada de toda a bacia, pela qual temos condições  
373 melhores. Foram então iniciadas simulações com toda a bacia e assim conseguimos prever  
374 possíveis inundações. Esta é a parte que está mais avançada. No que ainda não estamos evoluídos  
375 é na defesa civil, e como fazer o que é feito por aqui com muita segurança na emergência. Esta  
376 troca de informação e conhecimento é que estou procurando levar daqui para os nossos prefeitos e  
377 dizer que somos parceiros, solidários, mesmo à distância, não sendo da mesma bacia, da mesma  
378 água, mas do mesmo Planeta. Gostaríamos de pedir permissão para continuar participando e  
379 estudando com este Comitê, trocando experiências. Trabalhamos recentemente a Agenda 21 de  
380 uma Bacia Hidrográfica e fomos a primeira bacia do país a fazer sua agenda 21, não municipal  
381 mas de toda a bacia. Deste trabalho trazemos uma cópia que estamos disponibilizando ao Comitê,  
382 colocando-nos dispostos a participar com vocês quando da elaboração desta, aqui na bacia. A  
383 Presidente retoma a palavra, agradece novamente a presença de todos e dá por encerrada esta  
384 assembléia. Nada mais havendo a tratar, eu Beate Frank, lavro a presente ata que vai assinada por  
385 mim e pela Presidente do Comitê do Itajaí.